



setembro, 2004 – n.07

publicação/publicación de



## Notícia do mês

### Mercosul e UE: não haverá acordo em outubro

**Dia 24/09** - o Mercosul enviou sua nova proposta para a UE e no mesmo dia a Comissão Europeia, sinalizou que não entregava a sua oferta agrícola no prazo porque não tinha mandato dos Estados-membros para isso. Pela segunda vez, os europeus tiveram vantagem na troca de ofertas com o Mercosul, apesar do compromisso bilateral de que os movimentos fossem simultâneos.

**Dia 28/09** - A Comissão Europeia anuncia que está submetendo sua nova oferta agrícola aos 25 Estados Membro e a porta-voz europeia de comércio, Arancha Gonzalez, considera a oferta do bloco do Cone Sul insuficiente, por exemplo, no comprometimento sobre a segurança jurídica para investidores europeus e também na área de serviços.

**Dia 29/09** - A União Europeia (UE) prepara uma contra-oferta para o Mercosul na qual recua fortemente nas promessas de abrir seu mercado para exportações agrícolas do bloco do Cone Sul, alegando que assim "empata" com o "retrocesso" nas concessões que recebeu do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

**30/09** – A Comissão Europeia apresenta a contra-oferta depois de submetida aos 25 Estados-membros. Mercosul considera a proposta um recuo e Itamarati declara difícil concluir o acordo de livre comércio birregional em outubro. Realiza consultas aos demais países do Mercosul para dar uma resposta final.

Bruxelas enviou sua oferta completada ao Mercosul, e disse que sua proposta estava num nível de ambição equivalente à do bloco sul-americano. A UE pôde decidir o quanto ofereceria já tendo às mãos a oferta do Mercosul, que enviou a sua na sexta-feira. Estava, portanto, em situação mais confortável. "Recuaram. Sua oferta (do Mercosul) é pior do que a anterior", disse um diplomata da UE, segundo a agência Dow Jones Newswires. "O acordo está retrocedendo."

A resposta da União Europeia às ofertas do Mercosul para um acordo de livre comércio entre os dois blocos, entregue ontem ao governo brasileiro, provocou "frustração" na diplomacia, e confirmou, no governo, a crescente impressão de que a atual Comissão Europeia (o órgão executivo da UE), em fim de mandato, já não tem mais condições de obter permissão dos países europeus para apresentar uma proposta que atenda aos interesses de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

promoção/promoción



Coordenadora de Centrais  
Sindicais do Cone Sul

edição/edición



Consultoria Econômica Social Integrada

Bruxelas reduziu as cotas em carne bovina e em bens agrícolas o parcelamento de cotas foi colocado pela região como inaceitável.

Os europeus disseram estar propondo eliminação ou redução de tarifas para uma parte substancial das importações agrícolas do Mercosul. Ocorre que os sensíveis estão entre os produtos de maior interesse do bloco. Bruxelas também afirmou que dará melhor acesso para a importação de bens agrícolas processados, "um setor com importante potencial exportador pelo Mercosul", desde que o bloco dê à UE proteção adequada de denominação geográfica para alguns de seus produtos.

**Condicionalidades-** A UE pede que seus produtos não sejam taxados ao circularem entre os países do Mercosul, o que ocorre atualmente e não querem o sistema de drawback, que o Mercosul quer. O acesso de bens agrícolas processados será garantido desde que o Mercosul dê à UE proteção adequada de denominação geográfica para alguns de seus produtos (queijos, vinhos, etc). Bruxelas disse ainda oferecer acesso ao Mercosul para um mercado de € 200 bilhões em compras governamentais mas em serviços não abriu o mercado para profissionais prestadores de serviços. E disse que a abertura para alimentos, bebidas, tecidos, vestuário e aviação depende do Mercosul melhorar sua oferta.

Em nota oficial, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, criticou a oferta europeia por estar "aquém do que havia sido originalmente formalizado ao Mercosul". Além de não aumentar as cotas para produtos agrícolas, como havia sugerido, a UE acrescentou "novas condicionalidades", reclamou o ministro.

### **Decepcionante intercambio de ofertas de la UE y el Mercosur**

El Mercosur mostró sus cartas el viernes pasado, ayer vio las de la Unión Europea (UE), pero ni uno ni otro se quedó conforme. Queda un mes para que este juego de cinco años de negociaciones finalice y no está claro que vaya a concluir a tiempo.

La UE ofreció ayer al Mercosur en Bruselas la eliminación o la reducción de los aranceles a la importación de bienes agrícolas, aunque para "un número pequeño de productos sensibles" se limita a abrir "importantes cuotas" de ingreso libre. Entre ellos, figuran relevantes exportaciones argentinas, como las de carnes vacuna y avícola. La UE condicionó mejorar su propuesta a que se eliminen barreras aduaneras internas y las retenciones a la exportación, que afectan a los inversores europeos que quieren abastecer a Europa desde aquí.

El canciller Rafael Bielsa conversó por teléfono dos veces con su par brasileño, Celso Amorim, y se reunió con el ministro de Economía, Roberto Lavagna, para sacar una primera conclusión de la propuesta europea. El vocero del Palacio San Martín, Oscar Feito, concluyó que "es poco ambiciosa". Es decir, en la visión argentina, Bruselas no está lo suficientemente dispuesta a abrir su mercado de alimentos.

"La oferta podría haber sido más amplia", se quejó Feito, mientras una alta fuente de la Cancillería habló de "decepción". No obstante, Bielsa había declarado anteayer que si no se arriba a un acuerdo antes del 31 del mes próximo, cuando finaliza el mandato del rígido comisario europeo de Comercio, el francés Pascal Lamy, se seguirá negociando en noviembre con su sucesor, el británico Peter Mandelson, que como ministro de su país se ganó el apodo de "príncipe de las tinieblas", por su fama de manipular desde las sombras.

La UE tampoco parece estar complacida con la oferta del Mercosur. La vocero de Lamy, Arancha González, fue prudente y declaró a LA NACION que la Comisión Europea no opinará hasta que ambos bloques hagan una "lectura sosegada" de las propuestas. "Entonces se verá si se llega al 31 de octubre o si se sigue negociando", aclaró González.

Un diplomático comercial europeo, sin embargo, expresó a la agencia Reuters que "la oferta del Mercosur fue pobre, desastrosa". Advirtió que, por lo tanto, la propuesta europea es "igualmente minimalista" y que "el plazo del 31 de octubre es ahora probablemente no realista".

Un documento de la Comisión al que tuvo acceso el diario Financial Times lamenta que el Mercosur "no trata los reclamos de los tres últimos meses" de la UE. Se refiere al pedido europeo de que el bloque sudamericano liberalice las compras gubernamentales y los bienes

industriales, ítem que la Argentina desea resguardar. No todo estaría perdido. Un alto informante de la Cancillería afirmó que "el Mercosur puede animarse a dar algo más". La vocera de Lamy también abrió las puertas al acuerdo: "Estamos dispuestos a mejorar la oferta si hay reciprocidad, y estamos de acuerdo en dar un trato preferencial al Mercosur porque es un bloque de distinto desarrollo".

El bloque sudamericano ofreció la liberalización comercial del 90,8% de los productos. La UE se queja de que se le ofrece la eliminación total de aranceles del 77% de los bienes industriales, frente al 87% que se habría pactado de palabra.

El Mercosur propuso un mejor acceso a sus sectores de telecomunicaciones y servicios financieros, seguridad jurídica adicional para inversores europeos y la protección de 19 denominaciones de origen de alimentos, como los quesos roquefort, gorgonzola y parmigiano. No incluyó la apertura del sector lácteo, que la UE también quiere proteger.

### **Setor agropecuário de Brasil e Argentina lamenta proposta 'limitada' do Cone Sul**

Principais interessados em um acordo entre Mercosul e União Européia, os setores agrícolas de Brasil e Argentina criticaram o retrocesso na oferta do Cone Sul - que eles atribuem à falta de consenso dentro do bloco -, e chegaram a questionar a capacidade de seus países de negociar em conjunto.

"O Mercosul está se demonstrando incapaz, como bloco, de fazer propostas palatáveis nas negociações", diz Antonio Donizeti Berando, coordenador da área internacional da Confederação de Agricultura do Brasil (CNA).

Raul Roccatagliata, coordenador do Instituto de Negociações Internacionais da Sociedade Rural Argentina, qualificou de "pouco séria" a oferta sul-americana e considerou que seu conteúdo reflete o sucesso de setores industriais em conseguir proteção. "O interesse dos nossos países deveria ser gerar mais comércio, mas não estamos fazendo isso", diz. "O que estamos fazendo é proteger indústrias".

O representante do setor rural argentino refere-se ao lobby das empresas de autopeças, calçados e têxteis de seu país, que preservaram ou ampliaram sua proteção contra a competição européia na nova oferta do Mercosul.

Criticada pelo setor rural por proteger algo que não existe, a cláusula da indústria nascente, também chamada cláusula de isonomia competitiva, é demanda brasileira. Ela prevê que, caso um produto comece a ser fabricado no país, será possível impor tarifas.

### **A oferta ampliada do Mercosul**

**Setores agrícola e agroindustrial** - a oferta de bens foi ampliada para incorporar a liberalização de mais de 90% das importações provenientes da UE.

**Investimentos** - dá segurança jurídica adicional aos investidores.

**Serviços financeiros e de telecomunicações** - duas das áreas de maior interesse dos europeus, o Mercosul basicamente consolida o que ocorre na prática no País. Com isso, dá maior segurança aos investimentos estrangeiros. Para telecomunicações é exigida presença comercial. Em serviços financeiros, a exigência é desnecessária em alguns setores. Em investimento, a oferta "é totalmente completa", afirmou o Embaixador Brasileiro Regis Arslanian.

**Autos**- Segundo um negociador do Mercosul, foi ofertada aos europeus desgravação tarifária em 18 anos para veículos. Para compensar, haverá uma cota de 25 mil veículos para a UE ao ano, com tarifa zero, que pode ser revisada depois. A redução tarifária foi acelerada para alguns produtos, que podem vir a ter tarifa zero já na assinatura do acordo, como mel e feijão. Para leite em pó, houve mudança no sentido inverso, com oferta de redução tarifária de 20% e não de redução a zero da tarifa em dez anos, como previsto antes. A Tarifa Externa Comum do Mercosul é de 15,5%, mas no Brasil a aplicada é de 27%. A princípio, a redução é sobre a TEC. o Brasil não fez nenhuma restrição à liberalização de investimentos europeus no setor automotivo; os argentinos, porém, - que querem estender o regime de exceções do setor dentro do acordo interno do Mercosul -, deixaram explícito que o país adotou "um regime automotivo que inclui disposições sobre conteúdo nacional e comércio compensado".

**Compras governamentais** - o Brasil aceitou fazer concessões. Brasília diz que preservar espaço para o fomento de políticas industriais e sociais, mas abre "a perspectiva" de tratamento preferencial aos fornecedores europeus nas aquisições do governo federal.

Mas o Mercosul condiciona a abertura de seu mercado a uma série de pontos que justamente significam acabar as condicionalidades impostas pelos europeus: que as cotas para seus produtos agrícolas propiciem efetivo acesso adicional ao mercado europeu de forma imediata e não ao longo de dez anos, com perspectiva de crescimento ao longo do tempo; que não se busque limitar no futuro o potencial exportador do Mercosul, não impondo barreira para sua expansão; que os ganhos econômicos do fluxo intensificado de comércio se revertam aos exportadores do Mercosul e não aos importadores europeus e que se abram reais perspectivas de participação de prestadores de serviços do Mercosul. Pela primeira vez foi formalizada a garantia de preferência aos europeus no fornecimento para os governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A oferta, porém, tem condicionalidades: se houver empate entre ofertas de fornecedores do Mercosul e da UE, os do Sul serão preferidos. E os europeus também não terão favoritismo em relação a fornecedores de outros países que venham a firmar acordos de preferência com o Cone Sul em compras governamentais (uma indicação de que esse modelo será adotado pelo Brasil e seus sócios em futuros acordos de livre comércio).

A oferta do Mercosul, ampliou a quantidade de produtos cujas tarifas de importação serão reduzidas. Ao mesmo tempo, a nova proposta diminuiu o número de bens que terão as alíquotas eliminadas no final do período de desgravação (10 anos para a maioria dos itens).

Motivo de queixa dos europeus, mercadorias como autopeças e leite em pó foram retiradas da categoria de bens sujeitos à liberalização em 10 anos e terão, em troca, reduções tarifárias de até 50%.

Segundo os negociadores do Mercosul esta oferta vale somente até o dia 31 de outubro. Se o acordo não sair até lá, a retomada das negociações partirá de zero.

**[A oferta do Mercosul e a nota à imprensa estão disponíveis no site do Itamaraty, o www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)**

### **A avaliação européia**

Em reunião com os Estados-membros, negociadores da Comissão Européia, disseram que a nova oferta do Mercosul foi tão "inesperadamente ruim" que se chegou a pensar se valia a pena fazer uma contra-oferta.

Exemplificaram que o Mercosul retrocedeu até onde menos se esperava: na liberalização de produtos industriais. Rejeitam a afirmação do bloco do Cone Sul de que houve aumento de 87,5% para 90% no compromisso de liberalização dos bens importados da Europa. Os europeus calculam que houve, na verdade, uma queda de 87,5% para 77%.

Segundo eles, isso ocorreu através de uma manobra do Mercosul que colocou mais produtos na oferta, mas mudou vários deles do calendário de liberalização que ao longo de dez anos levaria à tarifa zero, e os jogou em uma lista de produtos com preferência fixa (corte de tarifa fixa).

O retrocesso do Mercosul seria ainda mais significativo, abrangendo apenas 72% das importações européias, se for descontado o setor automotivo, que representa 20% do intercâmbio entre os dois blocos.

Os europeus se dizem ainda mais "decepcionados" com a situação no setor automotivo. Primeiro, a cota para exportar livre de tarifa (sem os 35% atuais) é para 25 mil carros, quando o Brasil chegou a acenar com 60 mil. E segundo, a liberalização ocorreria ao longo de 17 anos, comparado aos 10 anos em outros setores.

Na reunião, alguns Estados-membros chegaram a indagar "por que a oferta do Mercosul é tão ruim". A resposta de negociadores da Comissão Européia foi de que isso tem a ver com o equilíbrio dentro do bloco. Acham que o Brasil e a Argentina não se entenderam em várias propostas e baixaram o nível de ambição da oferta. E que o Uruguai entrou na mesma linha, reduzindo ainda mais a liberalização birregional.

Outra questão levantada pelos países europeus: se a oferta do Mercosul e a contra-oferta modesta da UE poderiam inviabilizar o acordo. A resposta foi de que Bruxelas responderá dando um sinal claro de que não aceita o que o bloco do Cone Sul apresentou, mas continua trabalhando para fechar o entendimento. O representante de Comércio da UE, Pascal Lamy, será substituído pelo inglês Peter Mandelson no dia 31 de outubro, quando termina o seu mandato.

Negociadores e Estados-membros atacaram sobretudo as condicionalidades apresentadas pelo Mercosul para abrir seu mercado aos europeus. Um negociador da Comissão Europeia chegou a qualificar algumas delas de "joke" (piada). Exemplificou com a concessão do Mercosul para proteção de indicações geográficas, que vem com tantas condições que acaba anulando o prometido.

Alegam também que o Mercosul retomou "antigas questões já resolvidas", como a dos subsídios internos à produção agrícola europeia, que deveriam ser eliminados no comércio birregional. "O acerto sempre foi de que isso seria discutido na OMC", diz um negociador.

Alguns participantes especularam se as "mais de 40 condicionalidades" do Mercosul poderiam ser interpretadas como uma "tentativa deliberada" de interromper as negociações.

O mais surpreendente, segundo outro negociador europeu, é que o "retrocesso" do Mercosul veio de onde menos se esperava. Dizem que, em investimentos, persistem reclamações sobre tratamento nacional que discriminaria estrangeiros, e também dificuldades em serviços. "Mas tudo era possível de ser resolvido. Só que esse recuo em produtos industriais deixa em posição difícil vários países que faziam a massa crítica a favor do Mercosul, como a Alemanha", diz um diplomata.

Na CE, tradicionalmente forte em defender transparência, as queixas eram inclusive contra a decisão do Brasil de divulgar na internet sua nova oferta.

### **Impasses em diversas áreas**

A questão central é que as pendências sobre as quais os negociadores estão debruçados vão além das divergências sobre a abertura dos mercados de bens, serviços, investimentos e compras governamentais. É nas minúcias do tratado em discussão — concentradas nas regras de origem — que residem os exemplos mais gritantes das desavenças.

**Açúcar** - Até agora, os europeus não deram qualquer sinalização de que poderão ampliar as cotas de importação e reduzir os elevados custos, que chegam a 419 euros a tonelada, sobre o produto exportado para a Europa. Os negociadores do Mercosul avisam que, para que chocolates e caramelos tenham preferência para entrar na região, estes devem ter sido fabricados com açúcar produzido por Brasil, Argentina, Paraguai ou Uruguai. Não serão aceitos doces e confeitados produzidos com matéria-prima de países concorrentes. "Se eles querem ter a liberdade de comprar o açúcar do mundo todo, por que vamos comprar doces e confeitados deles com tarifas reduzidas?" — perguntou um negociador do Mercosul.

**Indústrias químicas** - no Brasil, elas estão operando a pleno vapor e importam insumos de diversos países, especialmente da África e da Ásia. Só que os europeus querem que seja dado apenas um tipo de abertura ou preferência às nossas exportações se as matérias-primas forem da UE.

**O caso da Embraer** — um dos grandes pilares das exportações do país — é ainda mais preocupante. A empresa importa insumos de todo o mundo em regime de drawback (redução das tarifas de importação de itens usados em produtos que serão exportados). Mas a UE quer que o governo brasileiro revogue o dispositivo, para que os produtos europeus tenham preferência.

**Têxteis e calçados** - os sul-americanos fazem questão de dar preferência somente a produtos que, comprovadamente, foram produzidos ou que em sua composição haja parcela significativa de componentes e matérias-primas europeias. Ou então que esses itens tenham em sua composição insumos do Mercosul. "Não adianta comprar camisa na China e pôr botão no colarinho e dizer que a camisa é paraguaia" afirmou uma fonte do Itamaraty.

**Setor pesqueiro** - Para o Brasil, qualquer peixe capturado na zona limítrofe de 200 milhas é brasileiro, não importa a bandeira da embarcação que o pescou ou mesmo a nacionalidade da

tripulação. Mas os europeus querem que seja considerado do Brasil somente o peixe capturado numa zona limítrofe de 12 milhas. Para os negociadores brasileiros, essa proposta europeia é absurda.

Ainda nas **regras de origem**, a UE não quer mais que marcas de queijos e vinhos de origem europeia, como o queijo ralado parmesão e o vinho bordeaux, sejam usadas no Mercosul. Mas o Brasil avisou que os nomes já registrados e adquiridos serão mantidos, mesmo porque a aceitação dessa imposição poderia prejudicar, principalmente, a agricultura familiar brasileira. Um dos argumentos usados é que descendentes de imigrantes europeus, com destaque para aqueles do Sul do país, assimilaram essas marcas em seus negócios.

O Mercosul afirma que dará isonomia no tratamento a investidores nacionais e estrangeiros; exige que, na exploração de serviços financeiros, de transportes e de telecomunicações, as empresas europeias se instalem no Mercosul; e só concorda em discutir patentes na Organização Mundial do Comércio (OMC).

### **As pressões no Brasil foram fortes**

**Laticínios** – Após pressão do Ministério de Desenvolvimento Agrário e entidades de pequenos agricultores o Mercosul decidiu excluir da oferta enviada sábado à União Europeia (UE) a possibilidade de reduzir a zero a tarifa sobre os laticínios procedentes da Europa, segundo um relatório divulgado na terça-feira pelo governo brasileiro. Segundo comunicado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, este considera necessária a concorrência entre os produtores do Mercosul que atendem ao mercado interno e os europeus que exportam seus excedentes. Há no Brasil 1,8 milhão de produtores de leite, a maioria (82%) de pequeno e médio portes, ou integrante do grupo denominado agricultura familiar. Segundo as autoridades brasileiras, as políticas de incentivo à agricultura familiar do Brasil não podem ser qualificadas como subsídios oficiais. No último ano agrícola, dos R\$ 1,7 bilhão de reais (US\$ 592 milhões de dólares) investidos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (do Brasil), 60% foram destinados à produção de laticínios, segundo o relatório. Em contrapartida, as exportações de excedentes de laticínios da UE recebeu recentemente cerca de € 1,7 bilhão (US\$ 2,089 bilhões) em subsídios e que em 2005 o setor será beneficiado com € 1,2 bilhão (US\$ 1,474 bilhão).

Afora as organizações que representam os grandes produtores agrícolas brasileiros, praticamente todos os demais segmentos empresariais, sobretudo o industrial e organizações sociais, como a Central Única dos Trabalhadores e Movimento Sem Terra, emitiram comunicados públicos criticando a oferta do mercosul e pedindo que não se assinasse o acordo em 31 de outubro.

**Confederação Nacional da Indústria- CNI** - "É melhor não assinar o acordo em outubro, do que fechar um mau acordo. O governo não vai querer um acordo que traga mais custos do que benefícios para a sua indústria", diz Lúcia Maduro, economista da Confederação Nacional da Indústria. Segundo ela, a proposta do Mercosul tem pontos positivos, já que reforça condicionalidades exigidas pela indústria, como a manutenção do regime de importação de "drawback" ou a cláusula da indústria nascente. Essa cláusula prevê o direito a uma proteção adicional para setores industriais que vierem a surgir durante o período de desgravação tarifária do acordo.

Mas em boletim distribuído ontem, a CNI se mostrou bastante pessimista com a conclusão das negociações e afirmou que há muitas dificuldades. "O cenário viável para o sucesso dos trabalhos e a assinatura do acordo vai depender de uma redução de ambição dos dois blocos", informa o texto.

Segundo o documento, foi muito difícil formular dentro do Mercosul as ofertas dos setores automotivo e têxtil. A Argentina considera esses setores sensíveis e enfrenta disputas com o Brasil nessas áreas. Para a CNI, a oferta europeia na área agrícola dificilmente chegará próximo dos pedidos do Mercosul.

**Central Única dos Trabalhadores** – A CUT enviou carta aos Ministros de Relações Exteriores, do Desenvolvimento e Indústria e da Agricultura onde abalisa os termos da negociação de forma bastante crítica: "Entendemos que essas negociações têm um escopo e

interesses políticos diferentes da ALCA, mas isto não pode ser justificativa para aceitação de um acordo desfavorável aos interesses do Brasil e do Mercosul.

Essa é uma preocupação não apenas nossa, mas reflete a opinião da maior parte da sociedade civil organizada de nosso país, que salvo alguns setores da agroindústria, vem alertando para o desequilíbrio das negociações, posto por aspectos tais como: o Mercosul (principalmente o Brasil) está abrindo generosamente vários segmentos (bens industriais, transportes marítimos, seguros, serviços financeiros e de telecomunicações, compras governamentais, etc) e em troca esta recebendo ganhos condicionados a cotas e determinadas condicionalidades em alguns produtos do agronegócio."

E finaliza pedindo que o governo não conclua as negociações alertando para "o desequilíbrio dessas negociações e o fato de estar sendo desconsiderado pelo nosso governo, um princípio caro que defendeu na ALCA, de não aceitar uma negociação onde as diferenças de desenvolvimento econômico, produtivo e comercial não sejam levadas em conta.

Por tudo isto, e em respeito aos nossos mais de 7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras afiliados, nos sentimos na obrigação de manifestar aos negociadores brasileiros todas as nossas preocupações e divergências com os caminhos dessa negociação e nos somar aos segmentos e organizações que, como nós, estão reivindicando que não se assine nenhum acordo até termos absolutamente claro quais os ganhos e perdas efetivos; que setores serão atingidos e como serão afetados; que impactos haverá sobre a economia e a já difícil situação social do Brasil e que condicionamentos serão postos para a viabilidade do Mercosul e da estratégia de criação de uma comunidade econômica e política na América do Sul."

### **Setor automotivo de Brasil e Argentina fica protegido com proposta do bloco**

Se a nova proposta referente ao setor automotivo do Mercosul for aceita pela Comissão Européia, as montadoras instaladas no Brasil e Argentina - países que concentram a atividade automotiva do bloco - vão desfrutar uma das mais intensas e duradouras proteções entre os acordos de intercâmbio comercial já firmados por esse setor.

O começo da salvaguarda está no tamanho das cotas reservadas à entrada de veículos europeus no período da transição até a abertura. A proposta prevê a entrada de apenas 25 mil unidades por ano livres de impostos. Para todo o Mercosul.

O volume equivale a um mês de vendas de uma grande montadora no Brasil. Em agosto passado, a Volkswagen vendeu no Brasil 26.265 automóveis comerciais leves. O mercado brasileiro total neste ano deverá passar de 1,5 milhão de veículos.

A cota de 25 mil unidades será dividida entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e não poderá haver intercâmbio de veículos europeus entre os países do bloco. No início das negociações, o Mercosul chegou a sinalizar com cota de 60 mil unidades.

A nova proposta do bloco do Cone Sul deixa em aberto a possibilidade para uma restrição ainda maior dessa cota. Segundo o texto entregue aos europeus na sexta-feira, a cota será reavaliada durante o oitavo ano de vigência do acordo, a fim de analisar o impacto da abertura do mercado para as economias dos países do Mercosul. Essa avaliação levará em conta itens como volume de produção local e evolução dos investimentos.

Os fabricantes de veículos do Mercosul planejam limitar as importações de veículos da Europa às faixas de modelos mais sofisticados. Daí o interesse numa cota pequena. O foco está nos modelos de luxo, que representam apenas 0,4% do mercado brasileiro e que somaram o volume de 3,8 mil unidades de janeiro a agosto deste ano.

Outro indício do forte retrocesso da oferta do Mercosul no setor automotivo está no prazo de desgravação tarifária. Nessa última proposta, foi criada uma cesta especial para os automóveis. Durante os primeiros oito anos do acordo, não haverá qualquer redução das tarifas de importação. A desgravação só começa no nono ano e vai até o décimo-sétimo. A proposta do Mercosul também deixa claro que as indústrias brasileiras continuarão tendo o direito de utilizar o "drawback" para a importação de insumos. Esse regime, que é constantemente atacado pelos europeus, isenta de impostos os insumos importados que serão utilizados em produtos finais direcionados à exportação.

O Mercosul também tornou-se mais protecionista na área de autopeças. Muitos itens tarifários desse setor saíram da cesta E, que significa desgravação em até 10 anos, para receber uma preferência tarifária fixa de 50%. A preocupação maior é na Argentina, onde o setor de autopeças perdeu muitas das empresas para o Brasil durante a crise econômica, temem a abertura para os europeus. *Globo*, 27/09, *Gazeta Mercantil*, 28/09/04, *Gazeta Mercantil*, 30/09/04 e *Valor Econômico*, 27, 28, 29 e 30/09/04, *La Nación*, 30/09.

**OBS: Diferentemente da imprensa brasileira que vem dando ampla cobertura às negociações, a imprensa Argentina, Uruguia e paraguaia tem divulgado pequenas notas a respeito.**

## **Massimo D´Alema al frente de la Comisión Mercosur del Parlamento Europeo**

Cerca del 31 de octubre, fecha límite para que, si se destraban algunas dificultades, se cierre un acuerdo de libre comercio entre el Mercosur y la Unión Europea (UE), hay una buena noticia en el horizonte.

El ex premier italiano Massimo D´Alema -presidente del partido de los Demócratas de Izquierda (DS, el más importante de Italia, de centroizquierda) y, desde junio último, eurodiputado- se encuentra desde hace pocos días al frente de la Comisión Mercosur del Parlamento Europeo, el órgano legislativo de la UE con sede en Bruselas.

Se trata de un hecho político más que positivo para el bloque latinoamericano, porque D´Alema, una figura internacionalmente reconocida, ha ido muchas veces a la Argentina y siempre estuvo más que atento a la problemática latinoamericana, y en particular, a la Argentina.

En ese carácter, ayer, el ex premier mantuvo un almuerzo en la embajada argentina en Italia (ubicada en la Piazza dell´Esquilino). donde, como flamante presidente de la Comisión Mercosur del Europarlamento, se reunió con los cuatro embajadores de los países de ese bloque latinoamericano en Italia. Estuvieron el embajador argentino, Victorio Taccetti, que ofreció la casa; el embajador de Brasil, el ex presidente Itamar Franco, que coordinó la reunión, ya que su país mantiene la presidencia pro tempore del Mercosur, y con sus colegas de Uruguay y Paraguay.

"Necesitamos firmar el tratado ahora, porque así podría entrar en vigor en 2005. Si no se logra hacerlo antes del 31 de octubre, después en la Comisión se va a sentar gente nueva y se va a seguir postergando todo", dijo Taccetti, que contó que en la reunión con D´Alema se habló principalmente de temas políticos y del estado de las negociaciones Mercosur-UE. ([www.sela.org](http://www.sela.org), 28/09/04).

## **Notas**

### **Firmaran un acuerdo de preferencias tarifarias con la India**

El Mercado Común del Sur (MERCOSUR) firmará el mes próximo un acuerdo de preferencias arancelarias con la India. Considerado el primer paso para uno más amplio de libre comercio, el convenio incluye reducciones tarifarias de 10 a 100% para 450 productos del bloque sudamericano e igual número de la nación asiática.

Con su entrada en vigor, los países de este acuerdo subregional verán beneficiadas sus exportaciones hacia aquella nación de productos químicos, cueros, textiles, autopiezas, algunos bienes de informática y máquinas en general.

A su vez la India exportará hacia esta región en mejores condiciones medicamentos, químicos, películas fotográficas, aluminio, bienes de informática y de capital, entre otros. Negociadores de ambas partes concluyeron ayer en Brasilia las definiciones sobre salvaguardas y solución de controversias y ahora sólo falta precisar los aspectos de caracterización de los productos como originarios del MERCOSUR o de la India.

La fecha de firma de este convenio (octubre) coincide con la señalada para suscribir otro de libre comercio que se discute con la UE en medio de dificultades que llevaron a la suspensión

sin acuerdos de las dos últimas reuniones negociadoras en semanas recientes ([www.argenpress.org](http://www.argenpress.org), 11/09/2004).

### **Corea negociará solo con Argentina y Brasil**

Corea del Sur impulsará fuertemente desde mediados de noviembre un acuerdo de libre comercio con el Mercosur, sin Paraguay y Uruguay. Será durante la visita oficial del presidente coreano Roh Moo-hyun a Argentina, Brasil y Chile. Corea tiene interés en comprar productos agropecuarios y colocar su desarrollada producción tecnológica en Sudamérica.

La gira que hará el presidente coreano Roh a los socios grandes del Mercosur, Argentina y Brasil, tiene un objetivo específico: firmar una declaración conjunta que comprometa a los países a iniciar una seria negociación para la suscripción de un acuerdo de libre comercio entre Corea y el Mercosur. Los coreanos aspiran conseguir un plazo de un año para estudiar la lista de productos y los diferentes aranceles.

Los diplomáticos coreanos abiertamente reconocen que tienen particular interés en comprar con el arancel más bajo posible los productos agropecuarios del Mercosur. En contrapartida, quieren colocar su desarrollada producción tecnológica en los mercados de los cuatro países socios plenos del bloque sudamericano (Paraguay, Argentina, Brasil y Uruguay).

El entusiasmo coreano de firmar un acuerdo de libre comercio con el Mercosur se ha acelerado con la positiva experiencia que tiene con Chile (miembro asociado del bloque sudamericano). El 1 de abril pasado entró en vigor el acuerdo de libre comercio con Chile, el único que tienen firmado los coreanos en esta materia. Desde esa fecha los vinos chilenos con arancel cero han inundado el mercado de este país, así como otros productos. En reciprocidad, aparatos de televisión y celulares con arancel cero están a disposición de los chilenos, con serio riesgo de desplazar a la producción japonesa y a la de la República Popular de China.

Paraguay ni Uruguay, los socios menores del Mercosur, no están incluidos en la gira del Presidente coreano. Si uno se pregunta por qué el mandatario asiático solo negociará con Argentina y Brasil, la respuesta es fácil: se trata de los socios mayores del bloque sudamericano, además los coreanos piensan que, llegando a un acuerdo con los dos países, será mucho más fácil de persuadir a Paraguay y Uruguay. *ABC Color, 21/09/04*



**Documentos**

### **Avance de las negociaciones internacionales**

*Resumen:*

El presente documento fue realizado con un propósito meramente informativo y tiene como finalidad ofrecer una visión actualizada al 31 de mayo de 2004 de las negociaciones que los países de la ALADI llevan a cabo en el marco internacional.

En primera instancia se muestran los principales avances que tienen lugar en la Ronda de Doha de la Organización Mundial de Comercio, partiendo desde la V Conferencia Ministerial de Cancún, realizada en setiembre de 2003, hasta los acontecimientos de los primeros 5 meses del año 2004, informando fundamentalmente sobre las negociaciones en temas como la agricultura, normas de la OMC, acceso al mercado, servicios, propiedad intelectual y "temas de Singapur".

Asimismo se ofrece información sobre el desarrollo de los principales debates que tienen lugar en el marco del ALCA, desde la Reunión de Ministros de Miami (noviembre de 2003) para luego presentar los avances en los distintos Grupos de Negociación (acceso a mercados, agricultura, servicios, inversión, compras del sector público, política de competencia, propiedad intelectual; subsidios, antidumping y derechos compensatorios; y solución de controversias.

Finalmente se informa sobre las negociaciones de acuerdos de libre comercio de los países de ALADI con terceros países o con regiones de fuera de la región, especialmente respecto a los acuerdos suscritos por Chile con Estados Unidos, con la Unión Europea y con Corea del Sur y sobre los esfuerzos y avances en las negociaciones de Chile con la India; de México con Japón;

de MERCOSUR con la Unión Europea, con la India y con Sudáfrica y los países del SACU (pertenecen Sudáfrica, Botswana, Lesotho, Namibia y Swazilandia). En forma complementaria se presentan los principales elementos del Acuerdo de Libre Comercio Estados Unidos – América Central (CAFTA).

Documento elaborado por la Secretaría General de la ALADI, en cumplimiento de la Actividad III.8 del Programa de Actividades de la Asociación para el año 2004.

<http://www.aladi.org/nsfaladi/Estudios.nsf/>

### **Probable impacto que tendrían los acuerdos con la Unión Europea en el comercio intrarregional y en el comercio de los países miembros con los países de Europa**

#### ***Resumen:***

El presente estudio tiene como propósito dos objetivos fundamentales. En primer lugar, analizar los efectos que los eventuales acuerdos pudieran tener sobre las corrientes de comercio intra regionales, teniendo en cuenta el conjunto de preferencias existentes entre los países miembros de la ALADI identificando, para cada país, un grupo de subpartidas (a nivel de seis dígitos del Sistema Armonizado), en las cuales las exportaciones al resto de los países de la región podrían verse amenazadas. En segundo lugar, identificar, también para cada país, un conjunto de bienes que tendría un potencial de acceso al mercado de la Unión Europea, en caso de concretarse los mencionados acuerdos.

El trabajo ha sido estructurado en tres secciones. En la primera de ellas se presenta la evolución global del comercio entre los países miembros y la Unión Europea. En la segunda sección, en base a las importaciones de los países miembros desde la Unión Europea y a la política comercial de los países de la ALADI, se determina una canasta de productos cuyo comercio intrarregional corre peligro de verse afectado por la eventual concreción de acuerdos de libre comercio con la Unión Europea. Finalmente, en la tercera sección, con la misma metodología que para la anterior, pero en función de las exportaciones de los países de la ALADI a la Unión Europea, se especifica, también a nivel de país, una canasta de productos en cuyo caso existen oportunidades de expansión de las exportaciones al mercado del bloque europeo.

Documento elaborado por la Secretaría General de la ALADI en colaboración con el Consultor Dr. Marcel Vaillant, en cumplimiento de la actividad III.13 del Presupuesto por Programas de la Asociación para el año 2002. <http://www.aladi.org/nsfaladi/Estudios.nsf/>

Para contacto use o e-mail [msilvia@uol.com.br](mailto:msilvia@uol.com.br)